



PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA REAVALIAÇÃO DOS MECANISMOS E VALORES DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DA TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL PARA A BACIA DO RIO GUANDU



Marília Carvalho de Melo
Representante do IGAM no CEIVAP

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Em 15/09/05	Deliberação CEIVAP 52 aprovou	<p>a) A definição do valor para a cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu (percentual de 15% dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água bruta do rio Guandu).</p> <p>b) O reconhecimento da Comissão Especial composta por representantes do CEIVAP (3) , do Comitê Guandu (3), da SERLA (1), da ANA (1) e da AGEVAP, (1), como foro de negociação institucional para exercer o papel de articulação entre o CEIVAP e o Comitê Guandu, visando à efetivação da arrecadação e os mecanismos para sua aplicação, observado o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul.</p>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Em 28/09/06	Deliberação CEIVAP 65 – Anexo I aprovou	<p>a) A definição do valor para a cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu (Valortransp), conforme estabelecido na Deliberação CEIVAP nº 52.</p> <p>§ 1º Com relação às equações apresentadas, entende-se que:</p> <p>Valortransp = pagamento anual pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, em R\$/ano;</p> <p>KGestão = coeficiente que leva em conta o efetivo retorno à Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul dos recursos arrecadados pela cobrança do uso da água nos rios de domínio da União.</p> <p>§ 2º O valor de KGestão, será definido igual a 1;</p>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Em 28/09/06	Deliberação CEIVAP 65 – Anexo I aprovou	<p>§ 3º O valor de KGestão, referido no § 1º, será igual a zero , se:</p> <p>I - na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano subsequente não estiverem incluídas as despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos a que se referem os incisos I, III e V do art. 12 da Lei Federal nº 9.433, de 1997, dentre aquelas que não serão objeto delimitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000;</p> <p>II - houver o descumprimento, pela ANA, do Contrato de Gestão celebrado entre a ANA e a AGEVAP.</p>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Em 07/12/06	Resolução CNRH 66 aprovou	<p>a) Os mecanismos e valores de cobrança sugeridos pelo CEIVAP, por intermédio de sua Deliberação nº 52, referentes aos usos de recursos hídricos para transposição das águas da Bacia do Paraíba do Sul para a Bacia do Guandu.</p> <p>b) Que o CEIVAP deverá, no prazo de até 3 anos, a contar da data de publicação desta Resolução, reavaliar os mecanismos e valores de cobrança estabelecidos em sua Deliberação nº 52 e aprovados por esta Resolução.</p>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Dezembro 2009	Carta da Diretoria do CEIVAP	Correspondência ao CNRH mantendo os valores de cobrança estipulados na Deliberação CEIVAP 52 por mais 3 anos, considerando o prazo para término dos estudos para aperfeiçoamento dos mecanismos da metodologia da cobrança.
11/05/2010	Deliberação CEIVAP 133 aprovou	A alteração do Artigo 2º da Deliberação CEIVAP nº 52/2005, que passou a vigorar com a seguinte redação: <i>“Fica reconhecida a Comissão Especial composta por 3 representantes do CEIVAP, 3 do Comitê Guandu, <u>1 do INEA</u>, antiga SERLA, 1 da ANA e 1(um) da AGEVAP como foro de negociação institucional, para exercer o papel permanente de articulação entre o CEIVAP e o Comitê do Guandu, visando a efetivação da arrecadação, observado o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul.”</i>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
16/05/2012	Deliberação CEIVAP 185 aprovou	Solicitação de prorrogação de prazo ao CNRH para que o CEIVAP realize a revisão da cobrança até o dia 30/12/2012.
24/10/2012	Deliberação CEIVAP 196 aprovou	<p>a) A alteração da composição da Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu, que contará com a participação de 1 representante do <u>IGAM/MG</u>, e 1 do <u>DAEE/SP</u>, além dos 3 do CEIVAP, 3 do CBH Guandu, 1 do INEA/RJ, 1 da ANA e 1 da AGEVAP.</p> <p>b) A missão de reavaliar os mecanismos e valores de cobrança estabelecidos na Deliberação CEIVAP nº 52/2005.</p>

Cronologia

Data	Documento relacionado	Descrição
Novembro 2012	Registro de reunião da Comissão Especial	A comissão CEIVAP/Guandu se reuniu e pediu à diretoria do CEIVAP que seja solicitado <u>novo prazo (até dezembro de 2013)</u> para revisão da metodologia de cobrança definido na Deliberação 52 do CEIVAP e Resolução 66 do CNRH.
Dezembro 2012	Carta da Diretoria do CEIVAP (prorrogação de prazo)	Correspondência ao CNRH solicitando novo prazo até dezembro/201, conforme recomendado pela Comissão Especial.

Embasamento para prorrogação

O contrato de concessão para geração de energia elétrica firmado entre o Ministério de Minas e Energia e a LIGHT – Serviços de Eletricidade S/A tem validade até 2026 e estabelece que a LIGHT deverá operar seus reservatórios *não apenas visando à geração de energia elétrica, mas também com o objetivo de atender aos usos de água da Bacia do Rio Guandu.*

Ou seja, mesmo que não haja geração de energia elétrica, segundo o contrato, a LIGHT deverá continuar a operar a transposição para atender aos demais usos na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.

Esse contexto culminou com a Resolução ANA nº211, de 26 de maio de 2003, que dispõe sobre as regras a serem adotadas para a operação do sistema hidráulico do Rio Paraíba do Sul que compreende, além dos reservatórios localizados na bacia, as estruturas de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu e que considera a importância da Bacia do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento de várias cidades, inclusive parte da RMRJ.

Embasamento para prorrogação

A cobrança da transposição para o rio Guandu definida na Deliberação CEIVAP nº 52, de 16/09/2005 (aprovada pela Resolução CNRH nº 66, de 07/12/2006) é também tratada na Lei RJ 4.247/04 no seu inciso IV do art. 11, com redação dada pela Lei RJ 5.234/08:

“em virtude da transposição das águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, serão aplicados, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de água bruta na bacia hidrográfica do rio Guandu, até que novos valores sejam aprovados pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e Comitê Guandu, e referendado pelo CERHI”.

A Deliberação CEIVAP nº 52 foi instituída para permitir o início do repasse dos 15% previstos na Lei fluminense mencionada (Lei 4247/03), de forma negociada, envolvendo uma comissão especialmente criada pelo CEIVAP.

A lei 4.247/03 não tinha flexibilidade de alteração pelos comitês, mas em nova redação dada pela Lei 5.234/08 esta flexibilidade foi aprovada.

Embasamento para prorrogação

Em 29/12/2010 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão INEA n° 01/2010 (instrumento jurídico firmado entre INEA e AGEVAP para exercício de funções de agência de bacia dos Comitês Médio Paraíba, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba) referente à transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu.

O primeiro repasse dos recursos (15%) foi realizado em 31/01/2011.

Observação: A Deliberação CEIVAP 52 é do ano de 2005 e o repasse foi viabilizado somente em 2011, com grande mobilização do INEA para efetivar o repasse.

O motivo da solicitação de prorrogação deve-se ao fato da grande demanda de trabalho dos dois Comitê diretamente envolvidos na questão, e da importância e complexidade do assunto.

Obrigada

Marília Carvalho de Melo

Representante do IGAM no CEIVAP

ceivap@agevap.org.br

Tel: (24) 3355-8389